


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE IBATÉ**
**FORO DE IBATÉ**
**VARA ÚNICA**
**RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**
**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1000052-03.2016.8.26.0233**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes**  
 Requerente: **Rafael Gomes de Oliveira**  
 Requerido: **Oeste Fundo de Investimentos Em Direitos Creditórios Não Padronizados**

Justiça Gratuita

 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Eduardo Cebrian Araújo Reis**

Vistos.

RAFAEL GOMES DE OLIVEIRA move ação declaratória de inexistência de débito com pedido de indenização em face de OESTE FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS. Afirma que o requerido promove a cobrança de dívida decorrente de obrigação não assumida e que inseriu seu nome em cadastro de restrição ao crédito em razão da dívida inexistente, acarretando-lhe dano moral. Pugna pela concessão da tutela antecipada para exclusão da negativação e pela procedência, com a declaração de inexistência do débito e a condenação do réu no pagamento de indenização em valor equivalente a cinquenta salários mínimos.

Deferida a tutela de urgência (fls. 14).

O requerido ofereceu resposta às fls. 21/28 contrapondo os argumentos lançados na inicial. Sustenta que a dívida é existente e que tem origem em contrato celebrado entre a requerente e o antigo credor, Banco CSF S.A., que lhe cedeu o crédito. Assevera que o autor não suportou danos morais, pugnando pela improcedência.

Houve réplica (fls. 58/66).

As partes aquiesceram com o julgamento imediato (fls. 81, 84/85 e 86).

É o relatório. DECIDO.

A ação é parcialmente procedente.

Autor e réu enquadram-se nos conceitos de consumidor e fornecedor a que se referem os artigos 2º e 3º da Lei 8.078/90.

Além disso, de acordo com as regras ordinárias de experiência, verifica-se a menor aptidão do requerente para a produção das provas necessárias à efetivação de seu direito.

Presente o requisito da hipossuficiência técnica, impõe-se a inversão do ônus da prova, com fundamento no artigo 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

Está caracterizada a inexigibilidade do débito reclamado, tendo em vista a ausência de prova documental da contratação, apresentando-se insuficiente para essa finalidade o sistema de controle interno do cessionário.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE IBATÉ**

**FORO DE IBATÉ**

**VARA ÚNICA**

**RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

A inserção do nome do autor nos cadastros de órgão de proteção ao crédito é incontroversa e está comprovada documentalmente.

Debalde a tentativa do réu de atribuir a responsabilidade a terceiro, haja vista que ele efetivou pelo apontamento (fls. 12).

O dano moral, em casos da espécie, não depende de demonstração: sua existência é presumida e decorre da observação daquilo que ordinariamente acontece. Ademais, não se mostra necessária a demonstração pela autora de ocorrência do dano material com o fato, pois a indenização é devida pelo sofrimento moral injusto e grave infligido pela negativação mantida irregularmente.

A inclusão do nome nos órgãos de proteção ao crédito é semelhante ao protesto de título, cujo efeito deletério é notório, independente de demonstração.

A indenização do dano moral tem duplo objetivo: compensar a vítima e afligir o culpado; não se presta a enriquecer a vítima, nem deve ser irrisória e estimular a desídia do causador do dano. Em virtude de sua natureza compensatória, visa a proporcionar ao ofendido um bem estar psíquico pelo amargor da ofensa, e não o enriquecer.

É razoável fixar a indenização por dano moral, levando em consideração a posição do autor, a capacidade do réu e o valor da cobrança indevida, em quantia equivalente a R\$ 6.000,00, mostrando-se excessivo o montante postulado. Daí a parcial procedência.

Trata-se de parâmetro plenamente utilizado pela jurisprudência e que, na hipótese, terá o duplo efeito da reparação e da punição.

Verifique-se: “*DANO MORAL - Indenização - Arbitramento mediante estimativa prudencial que leva em conta a necessidade de satisfazer a dor da vítima e dissuadir de novo atentado o autor da ofensa*” (TJSP) RT 706/67.

Posto isso, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** a ação para declarar a inexistência do débito reclamado, convolvando em definitiva a decisão de fls. 14, e para condenar o réu a pagar ao autora a quantia de R\$ 6.000,00, atualizada desde a data desta sentença e acrescida de juros de mora de 1% ao mês a partir da citação. Arcará o réu com as custas processuais e com honorários advocatícios de quinze por cento do valor da condenação atualizado (Súmula 326 do STJ).

Interposta apelação, intime-se o recorrido para contrarrazões e, na sequência, remetam-se os autos à Superior Instância, com as homenagens do Juízo.

P.I. Oportunamente, arquivem-se.

Ibaté, 11 de novembro de 2016.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA